

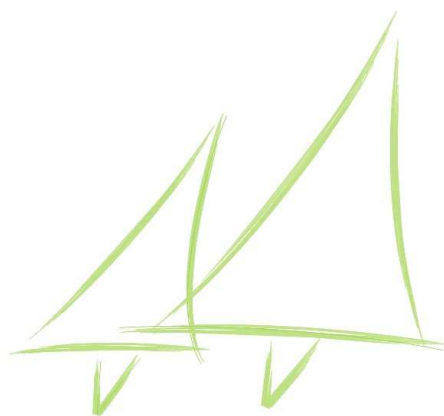
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÉ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



10.002 - ANÁLISE DE INVESTIMENTO EM COTAS DE COOPERATIVA DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO

Gestão econômica e social de cooperativas

Nelson Casarotto Filho
casarotto@deps.ufsc.br

Eduardo Nobuyuki Usuy
eduardousuy@floripa.com.br

Janaína Renata Garcia
janaina@deps.ufsc.br

Josiane Minuzzi
josiane@deps.ufsc.br

Viviane Schumacher Bail
viviane.sb@terra.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

A importância que as cooperativas de crédito representam no mercado, bem como o papel que ostentam no desenvolvimento regional, motivaram este estudo, cujo objetivo consiste em analisar a rentabilidade da cota capital do cooperado de uma cooperativa de crédito, comparando-a com as de outros ativos financeiros existentes no sistema bancário tradicional. A pesquisa consiste no estudo de caso da CredCrea de Santa Catarina. Os resultados demonstraram o retorno de investimento na forma de Cota Capital como um bom desempenho operacional. Portanto, defende-se que a disseminação e o fortalecimento das cooperativas de crédito é uma forma de incentivar a concorrência no sistema financeiro e democratizar o acesso ao crédito, objetivando como fim maior fomentar o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: cooperativa de crédito, desenvolvimento regional, retorno de investimento.

Abstract

The importance of credit cooperatives in the market, as well as the role they play in regional development, motivated this study, whose objective consists of analyzing the profitability of the capital quota of the cooperated, comparing it with that of other existing financial assets in the traditional banking system. The research consists of the case study of a credit cooperative, CredCrea of Santa Catarina. The results demonstrated the investment return in the form of Capital Quota as a good operational acting. Therefore, we claim that the dissemination and invigoration of credit cooperatives provides an incentive to competition in the financial system and is a way to democratize the access to credit, with the greater goal of fomenting regional development.

Key-words: credit cooperatives, regional development, investment return.

1. Introdução

Os desafios que a abertura de mercado trouxe ao cenário atual têm levado as organizações a repensar sobre suas formas de inserção e atuação na nova economia. É necessário ser eficiente e inovador em todas as formas de organização, independente do setor em que opera, buscando sua sobrevivência, e ao mesmo tempo ultrapassando o ponto de vista individual, alavancando resultados para o desenvolvimento do local onde se está inserido.

Uma das ferramentas utilizadas atualmente, para alavancar o desenvolvimento regional consiste na concessão de crédito. Entretanto, para o setor produtivo e população em geral, sempre foi um desafio o acesso e a garantia ao crédito, para atender o financiamento de suas necessidades e estimular o desenvolvimento. Pesquisas revelam que o acesso ao crédito, em especial o de longo prazo, é um dos grandes problemas das empresas brasileiras, ainda sem uma solução adequada (CASAROTTO; 2001).

Nos países europeus e nos EUA, já no século XIX como resposta a esta demanda não atendida, as cooperativas de crédito surgiram como instituições fomentadoras de desenvolvimento. No Brasil, o cenário também oferece um estímulo para a implantação de entidades alternativas de crédito, que levem em consideração o financiamento da produção e organização de pequenos empreendimentos. Seja na forma de associações ou cooperativas, como política dos diversos movimentos de organização da sociedade civil e de governo, ou em nível de constituição como associados de determinada categoria.

As várias organizações responsáveis por financiamento de créditos vêm atender uma lacuna existente, principalmente junto à população de baixa renda, que na maioria das vezes não encontra alternativas viáveis no sistema bancário tradicional. Da mesma forma, os pequenos empreendimentos, associações produtivas, que precisam de um crédito de fácil obtenção para seu crescimento, encontram opções mais ajustadas as suas necessidades nestas organizações; e entre as suas mais variadas formas, estão as cooperativas de crédito.

A Cooperativa de Crédito é uma associação de pessoas, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e responsabilidade limitada, que possui a propriedade e o controle dos meios de produção; onde o produto é a evolução financeira da cota capital (INTYRE; SILVA, 2002). Além de poder ampliar a faixa de público com sua demanda financeira, apresenta taxas menores em empréstimos, serviços com maior agilidade, podendo se tornar também uma ótima opção de investimento a partir da integralização da cota capital pelos seus associados. A cooperativa de crédito tem como finalidade, segundo Intyre e Silva (2002; p.11) “[...] satisfazer às necessidades individuais dos cooperados através de ações coletivas de produção ou serviço, proporcionando uma melhoria econômica e social dos associados”.

A iniciação de atividades de uma cooperativa, além de mobilizar pessoas em torno de princípios e valores próprios, envolve a construção de uma gestão coletiva que consiga sustentar sua estrutura, e ter um desempenho econômico e financeiro positivo do capital integralizado pelos cooperados.

O investimento realizado através da integralização da cota capital pode ser um vantajoso retorno de investimento aos cooperados. Alguns autores defendem que a implantação de uma cooperativa de crédito possibilita uma opção de um investimento que obtenha retorno financeiro, aliada a uma estrutura, onde sua concepção e ações oportunizam desenvolvimento.

Neste contexto, é objetivo deste estudo de caso, socializar a história de implantação de uma cooperativa de crédito, analisar e comparar com outras alternativas de investimento, a evolução da cota capital de um dos sócios. Para a análise, utilizou-se o método de cálculo do Valor Futuro com o auxílio do software *Softinvest* – o qual abrange cálculos financeiros e análise de investimentos (CASAROTTO; KOPITTKKE, 2006). As análises buscaram comparar a evolução financeira da cota capital da Cooperativa CredCrea - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais do CREA do Estado de Santa Catarina, com outras opções de investimento presentes no mercado financeiro.

2. O cooperativismo de crédito

Uma cooperativa de crédito envolve um ramo de atividade, em que seu produto coincide com o capital integralizado, que é o crédito. Para Baumgartner (2004; p.169) “a definição de crédito está associada à troca de bens e serviços no presente, por uma promessa de recebimento no futuro das compensações financeiras relativas ao fornecimento de bens e serviços”.

O fato do ramo de atividade econômica principal de uma cooperativa de crédito ser, entre outros, a concessão do crédito em si, remete para alguns entraves, entre os quais: garantir a auto sustentação (como uma instituição que possui demandas operacionais próprias, mas disputa o mercado contra grandes instituições financeiras); e a legislação (para poder contribuir em tempo real, no momento da integralização do capital, enquanto aguarda autorização do Banco Central para poder implementar ações).

Portanto, para garantir a sua eficácia, se aponta para uma estrutura mais “enxuta”, para poder assegurar-se de ser uma organização a serviço do desenvolvimento regional, oferecendo crédito e serviços menos onerosos. Nesta equação, tem-se de um lado o empenho em investimento na cota capital que garanta um retorno financeiro para quem realizou a aplicação, e por outro, o fruto de uma aplicação em determinada idéia ou negócio, sujeitos a vulnerabilidade do mercado.

Uma cooperativa de crédito, segundo Assaf Neto (2000) consiste numa instituição financeira não bancária, voltada a viabilizar crédito aos seus associados. Entende-se que, com a mobilidade do capital em busca de melhor competitividade, onde virtualmente não existem fronteiras, torna-se necessário incentivar outras formas de construir e aliar o retorno de investimento com o desenvolvimento regional, como o que ocorre nas cooperativas de crédito, que estão em franca expansão.

Na definição do Banco Central do Brasil, cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa (PINHEIRO, 2007). Portanto, têm por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos

a vista e a prazo, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas de correspondente no país; além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Para Cattani (2003; p.151) “O crescimento das cooperativas como um todo está extremamente associado à geração de renda e empregos.” Os autores chamam atenção para considerar sua dimensão econômica, para eles, as cooperativas tornam-se importantes instrumentos de difusão tecnológica e de implementação de políticas desenvolvimentistas.

A motivação em participar como associado de uma cooperativa de crédito pode ser sustentada pela rentabilidade significativa da sua cota capital. O êxito de sua gestão, também se constitui uma das ferramentas para a composição do desenvolvimento, quando oportuniza financiamento para os cooperados numa forma diferenciada do sistema bancário tradicional. Para Coelho (2003), as cooperativas de crédito procuram principalmente levar em consideração as necessidades de democratizar as relações econômicas, de atender as necessidades básicas de cada comunidade, o que não acontece com o sistema bancário tradicional, na medida em que se transforma num poderoso instrumento de concentração e centralização do capital.

Segundo o Banco Central do Brasil (2006), em outros países o cooperativismo de crédito obteve grande eficácia e expansão. Na Alemanha as cooperativas de crédito possuem quinze milhões de associados e respondem por cerca de 20% de todo o movimento financeiro bancário do país. Na Holanda, o banco cooperativo Rabbank atende a mais de 90% das demandas financeiras rurais. Nos EUA há mais de 12.000 unidades de atendimento cooperativo apenas no sistema CUNA (*Credit Union National Association*) estima-se que 20% dos norte-americanos sejam associados a uma cooperativa de crédito. Segundo Pinheiro (2007; p.7), “As cooperativas de crédito são um importante instrumento de desenvolvimento em muitos países”. No Brasil, em dezembro de 2004 o cooperativismo de crédito respondia por 2,30% das operações de crédito, realizadas no âmbito da área bancária, mas já no final de 2005 estava atendendo a quase 3 milhões de pessoas (PINHEIRO; 2007).

Cattani (2003) destaca que, a cooperativa de crédito, não visa lucro, pois é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de caráter civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços de caráter financeiro-bancário aos associados e à comunidade onde atuam. Quando bem administrada, possui grande chance de apresentar resultados positivos, sobras, que retornam aos sócios.

Outra diferença é por ser uma sociedade de pessoas, cada associado tem direito a um voto. Este voto é dado pelo associado nas assembléias gerais, independente do número de quotas-partes de capital que detenha, sendo vedada a representação por meio de mandatário. Como o capital social da cooperativa é formado com o dinheiro dos próprios associados, cada um, ao ingressar, integraliza cotas de capital formando uma poupança em seu próprio nome. De conformidade com a Lei do Cooperativismo 5.764, (BRASIL; 1971), “Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente

proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração”. Ainda no mesmo instituto legal, em seu § 3º estabelece que: “é vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada”.

Os resultados financeiros obtidos no final de cada exercício é a fonte de recursos mais importante da cooperativa. Além de demonstrar sua solidez, por ser a parte mais representativa do patrimônio líquido da instituição, pois é a valorização da cota capital que neste tipo de cooperativa equivale ao seu desempenho, é quem possibilita à cooperativa viabilizar empréstimos de médio e longo prazo.

2.1 Princípios do cooperativismo

Inúmeras formas de cooperativismo foram experimentadas desde a antiguidade. A forma mais conhecida surgiu em 1844 na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 artesãos fundaram uma cooperativa de consumo. Os objetivos imediatos para a fundação de Rochdale foram: compra e divisão coletiva de uma cesta de suprimentos, já praticada por outros movimentos; criação de uma sociedade cooperativa, prática também já conhecida na época (RIQUE; 1999). O maior desafio enfrentado foi quando se tentou encontrar uma solução para a questão: o que fazer com a sobra? Para chegar à resposta, eles articularam alguns princípios que isoladamente não eram novos, mas que no conjunto foram revolucionários. Em 1995, no Congresso realizado em Manchester, a ACI – Aliança Cooperativa Internacional estabeleceu os princípios, que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, e que são semelhantes aos pioneiros de Rochdale, conforme apresentado na tabela 1.

TABELA 1 - Comparação e análise entre os princípios dos pioneiros e da aliança cooperativa internacional

Princípios dos Pioneiros de Rochdale	Princípios estabelecidos pela ACI - Aliança Cooperativa Internacional
Controle democrático: um sócio, um voto.	Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres.
Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade.	Associação voluntária e aberta: podem associar-se todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços sem discriminação de gênero, raça, social, política e religiosa.
Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito.	Participação econômica dos membros: controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A assembléia geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que associa-se à cooperativa (quotas-parte) bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão ainda ser criadas

	outras contribuições tais como o fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados.
Distribuição de parte do excedente proporcional às compras.	Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização.
Vendas à vista , sem crediário.	Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente contribuir para o desenvolvimento.
Venda só de produtos puros , não adulterados	Cooperação entre as cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.
Neutralidade política e religiosa.	Preocupação com a comunidade: ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

Fonte: adaptado de Rique (1999).

2.2 A história do cooperativismo

Para Baumgartner (2004), a primeira cooperativa de crédito surgiu na Alemanha em 1846 na cidade de *Delitzch*, onde Hermann Schulze organizou moinhos e padarias na forma de cooperativas, para amenizar os efeitos do fracasso das colheitas e, conseqüentemente, da carência de alimentos. Schulze foi pioneiro no que se refere às cooperativas urbanas. Em 1856 organizou sua primeira “Associação de dinheiro antecipado”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares.

Logo depois, em 1847, na Alemanha por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de *Weyrbuch/Westerwald* a primeira associação de apoio no povoado rural que serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de *Raiffeisen*. A primeira cooperativa, fundada por ele no ano de 1864, chama-se “*Heddesdorfer Darlehnskassenverein*” (Associação de Caixas de Empréstimo de *Heddesdorf*). Eram cooperativas tipicamente rurais. Tinham como características: a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos (PINHEIRO; 2007).

Ainda hoje este tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha. As cooperativas denominadas de *Schulze-Delitzch*, se diferenciam das cooperativas do tipo *Raiffeisen* por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, na área de atuação não-restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

Em 1865, na cidade de Milão, o italiano Luigi Luzzatti, inspirado nos pioneiros alemães, organizou a constituição da primeira cooperativa que funcionava sob o princípio da responsabilidade limitada dos sócios; cujo modelo herdou seu nome, a cooperativa tipo *Luzzatti* (PINHEIRO; 2007). No

Brasil, as cooperativas criadas com essa denominação, bastante populares nas décadas de 40 a 60, tinham como principais características a não-exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município, etc), quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito.

Nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa com características distintas, (PINHEIRO; 2007). Embora inspirada nos modelos alemão e italiano, a primeira cooperativa foi criada em Quebec, Canadá em 6 de dezembro de 1900. Este tipo de cooperativa, que no Brasil hoje é conhecida como cooperativa de crédito mútuo, tinha como principal característica a existência de alguma espécie de vínculo entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como os de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, entre outros.

A primeira sociedade brasileira a ter a denominação “Cooperativa” foi provavelmente a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889. Muito embora o seu estatuto não previsse a captação de depósitos junto aos associados, alguns artigos referem-se à existência de uma “caixa de auxílios às viúvas pobres de associados e a sócios que caíssem na indigência por falta absoluta de meio de trabalho” (PINHEIRO; 2007, p. 30). Em obra publicada pela OCEMG (1997) *apud* Pinheiro (2007) há referência a uma Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, fundada em 15 de março de 1885, cuja sociedade possuía 1003 sócios, que se denominavam consórcios, podendo ser a mais antiga.

Em 28 de dezembro de 1902 foi constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Esta cooperativa do tipo *raiffeisen*, continua em atividade até hoje sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis. De 1902 a 1964 ainda surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo *raiffeisen* no Rio Grande do Sul. E em 1º de março de 1906, no município de Lajeado (RS), foi constituída a primeira cooperativa de crédito do tipo *luzzatti* no Brasil, denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. Continua em atividade sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado (PINHEIRO; 2007).

3. Cooperativa de crédito – caso CredCrea de Santa Catarina

Atualmente todo cidadão brasileiro possui vínculo com alguma instituição bancária, tal realidade sujeita o cliente/usuário ao pagamento de elevadas tarifas pela prestação de serviços bancários, que facilitam e satisfazem suas necessidades. Observa-se ainda uma gama de produtos bancários sendo oferecidos com um custo considerável. Custo que é absorvido pelo cliente, tendo em vista que a partir de 1995, com o estabelecimento do controle da inflação, exigiu-se um gerenciamento criterioso por parte dos bancos; almejando a busca de uma rentabilidade calcada no desempenho operacional, substituindo a atualização dos ativos, propiciada anteriormente pela ciranda financeira, bem como pela correção monetária.

Com foco mercantilista, os bancos impõem um alto ônus ao cliente pelos serviços prestados, instituindo tarifas de todas as naturezas (de abertura de contrato de crédito, de manutenção de conta corrente, de renovação de cheque especial, de extrato, etc.). Os produtos e serviços estão à disposição daqueles que se submetem e concordam a pagar os elevados preços.

Ressalta-se ainda que no atual modelo econômico, cada vez mais os bancos se tornam maiores e apresentam lucros elevados, enquanto outros setores produtivos lutam pela sobrevivência. Quais as razões de tal êxito? Historicamente, os bancos de modo geral se inviabilizaram somente por má administração, má concessão de empréstimos e desvios. Nessa linha de raciocínio, buscando minimizar os impactos desses custos, e praticar uma política justa de juros, multiplicando riquezas dentro do próprio sistema, é que se estabelece a CredCrea.

3.1 Histórico

Para viabilização de seus negócios, o profissional com inscrição no CREA, possui a alternativa de se filiar ao CredCrea, tendo o Banco Central do Brasil publicado no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2003, a autorização de funcionamento da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais do CREA do Estado de Santa Catarina.

Os trinta e três fundadores foram motivados pelos benefícios que o cooperativismo de Crédito proporciona aos associados, profissionais liberais, enquanto grupo organizado. Os riscos do empreendimento foram analisados com base em casos de outras cooperativas. Além disso, o forte controle exercido pelo Banco Central foi determinante na decisão. A riqueza gerada pelo sistema, sendo movimentada na Cooperativa, que não visa lucros e tem uma estrutura enxuta, permite a concessão de crédito com juros bem menores que os praticados pelos bancos.

A CredCrea é a Instituição Financeira dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geógrafos, Geólogos, Tecnólogos e Técnicos do Estado de Santa Catarina, com inscrição no CREA, sendo que os benefícios oferecidos por ela, poderão ser estendidos aos dependentes e às pessoas jurídicas com afinidade profissional, sem fins lucrativos. Dessa forma a CredCrea faz parte das 1.400 Cooperativas de Crédito em funcionamento no Brasil, movimentando em torno de R\$ 8 bi, com benefícios a 1,5 milhões e pessoas.

A tabela 2 ilustra cronologicamente os eventos cumpridos pela CredCrea, para se atingir o atual nível de sustentabilidade e rentabilidade para a cota capital de seus cooperados.

TABELA 2 – Histórico CredCrea

Datas	Eventos
Out.2000/Out.2002	Palestras de Sensibilização e Conscientização sobre o Cooperativismo de Crédito
03 set. 2002	Publicação de artigo no jornal do Crea/SC
11 nov. 2002	Edital de convocação – AGO de Fundação da Cooperativa
18 dez. 2002	AGO de Fundação
26 dez. 2002	Depósito de R\$ 33.000,00 na conta do Banco Central
02 jan. 2003	Requerimento ao BACEN para funcionamento da Cooperativa
13 jan. 2003	Remessa de Documentos ao BACEN

Fev./mar. 2003	Contatos com BACEN através de Telefone e e mail
14 abr. 2003	Ajustes no Estatuto e Substituição de Conselheiro
06 mai. 2003	Alterações dos Normativos de Constituição de Cooperativas - negociações com BACEN, para validação do processo de constituição da CredCrea,
02 jun. 2003	Autorização de Funcionamento da CredCrea
09 jun. 2003	Reunião com a OCESC(Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina)
16 jun. 2003	Remessa de documentos
15 jul. 2003	Apresentação à OCESC de viabilidade econômica da CredCrea e fichas de matrículas dos sócios
28 jul. 2003	Encaminhamento à OCESC do Termo de Desimpedimento dos Conselheiros Eleitos
05 ago. 2003	Reunião com a CECRED - Cooperativa Central de Crédito Urbano de Santa Catarina para a constituição da CredCrea
20 set. 2003	Apresentação à OCESC de documentos pessoais dos conselheiros
27 set. 2003	Solicitação de filiação à CECRED
15 out. 2003	Inscrições na OCESC e Junta Comercial de SC
17 out. 2003	Solicitação à Receita Federal de CNPJ
05 nov. 2003	Reunião com PREVISCO, visando parceria
31 mar. 2004	Realização da 1ª. AGO e 1ª. AGE Números Apresentados Posição de 31 dez 2003: - Cooperados: 42; - Ativos: R\$ 33.000,00; - Crédito: R\$ 0,00; - Dep Vista: R\$ 0,00; - Dep Prazo: R\$ 0,00; - PL: R\$ 33.000,00; - Sobras: R\$ 0,00;
17 abr.2004	Inauguração - Operacionalização
4 mai. 2004	Filiação à CECRED – Cooperativa Central de Crédito Urbano de SC
Mar. 2005	Realização da 2ª. AGO e 2ª. AGE Números Apresentados Posição de 31 dez 2004 - Cooperados: de 42 para 165 – 292,86%; - Ativos: de R\$ 33.000,00 para R\$ 350.405,39 – 961,83%; - Crédito: de R\$ 0,00 para R\$ 216.314,51 – 21.631.351,00%; - Dep Vista: de R\$ 0,00 para R\$ 82.559,75 – 8.255.875,00%; - Dep Prazo: de R\$ 0,00 para R\$ 175.033,32 – 17.503.232,00%; - PL: de R\$ 33.000,00 para R\$ 82.204,00 – 149,10%; - Sobras: R\$ 0,00 para R\$ 54,13 – 5.313,00%
Mar. 2006	Realização da 3ª. AGO e 3ª. AGE Números apresentados posição de 31 dez 2005 - Cooperados: de 165 para 387 – 134,55%; - Ativos: de R\$ 350.405,39 para R\$ 1.614.030,03 – 360,62%; - Crédito: de R\$ 216.314,51 para R\$ 1.015.293,35 - 369,36%; - Dep Vista: de R\$ 82.559,75 para R\$ 239.802,23 – 190,46%; - Dep Prazo: de R\$ 175.033,32 para R\$ 976.459,66 – 457,87%; - PL: de R\$ 82.272,56 para R\$ 312.234,08 - 279,51%; - Sobras: de R\$ 54,13 para R\$ 46.378,06 – 85.579,13%
Mar. 2007	Realização da 4ª. AGO e 4ª. AGE Números apresentados posição de 31 dez 2006 - Cooperados: de 387 para 596 – 54,01%; - Ativos: de R\$ 1.614.030,03 para R\$ 3.948.845,85 – 144,66%; - Crédito: de R\$ 1.015.293,35 para R\$ 1.610.946,48 – 58,67%; - Dep Vista: de R\$ 239.802,23 para R\$ 925.909,78 – 286,11%; - Dep Prazo: de R\$ 976.459,66 para R\$ 2.303.540,44 – 135,91%; - PL: de R\$ 312.234,08 para R\$ 657.861,04 – 110,69%; - Sobras de R\$ 46.378,06 para R\$ 77.562,51 – 67,24%

Mar. 2008	Realização da 5ª. AGO Números apresentados posição de 31 dez 2007 - Cooperados: de 596 para 1.182 – 98,32%; - Ativos: de R\$ 3.948.845,85 para R\$ 7.183.045,00 – 81,90%; - Crédito: de R\$ 1.610.946,48 para R\$ 3.718.866,00 – 130,85%; - Dep Vista: de R\$ 925.909,78 para R\$ 1.513.906,00 – 63,50%; - Dep Prazo: de R\$ 2.303.540,44 para R\$ 4.034.387,00 – 75,14%; - PL: de R\$ 657.861,04 para R\$ 1.552.429,66 – 135,98%; - Sobras de R\$ 77.562,51 para R\$ 169.948,00 – 119,11%
-----------	--

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

3.2 Objetivo da CredCrea

A CredCrea possui como objeto social ser um agente financeiro do Sistema Tecnológico, fomentar o setor produtivo, viabilizar econômica e financeiramente, a vida pessoal e profissional de seus associados e realizar a prestação de serviços de qualidade e baixos custos.

O número de cooperados é de 750 sócios, num universo de mais de 30.000 inscritos no CREA SC, entre pessoas físicas e jurídicas. O maior desafio dos dirigentes da cooperativa é justamente de estender esse atendimento aos demais profissionais do sistema tecnológico.

Ressalte-se que nestes quatro anos de atividade, a CredCrea obteve apoio institucional da ACE (Associação Catarinense de Engenheiros) e do CREA (Conselho Regional de Agronomia, Arquitetura e Engenharia), somados ao importante papel desempenhado pelos 33 fundadores de persistirem com a idéia, e de aglutinarem a classe da área tecnológica, incentivando seus profissionais a participarem da cooperativa.

Segundo Gobbi (2001) *apud* Baumgartner (2004; p.104) “para que essa idéia se confirme, existe a necessidade de que prepondere o sentido do associativismo, desde que haja uma reciprocidade de conhecimento e de integração social, pois ambas combinadas tendem a gerar um objetivo comum”.

A Cooperativa disponibiliza aos seus cooperados, produtos e serviços, tais como: empréstimos e financiamentos, descontos de cheques, cobrança, conta corrente, aplicações, seguros, cartão de crédito Visa, auto-atendimento, consultoria financeira aos cooperados. Destacam-se como vantagens para seus cooperados o crédito com taxas reduzidas, e investimentos conservadores com rentabilidade acima da média praticada pelo mercado financeiro. A CredCrea oferece ainda além do atendimento personalizado, o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) no valor de R\$ 60.0000,00 para seus associados.

4. Retorno do investimento: mercado financeiro x cotas de capital numa cooperativa de crédito

Para iniciar a atividade econômica de uma cooperativa de crédito, exige-se dos sócios, não somente a crença e aposta na idéia, mas também o aporte de capital. A integralização da cota capital, propicia a geração de dividendos iniciando assim, um processo econômico estruturante, agregando outros serviços para garantir a auto sustentação. Outras fontes de recursos são os

Bancos de Desenvolvimento, como o BRDE – Banco Regional de desenvolvimento do Extremo Sul, que firmou convênio em julho de 2007 com a CECRED (Cooperativa Central de Crédito Urbano de Santa Catarina), da qual a CredCrea é filiada. Assim, a cooperativa de crédito pode ser um canal de concessão de crédito, com repasse de recursos de bancos oficiais aos cooperados.

Por outro lado, sendo uma instituição financeira, a cooperativa pode operar aplicando na forma de empréstimos aos cooperados; e o excedente no mercado financeiro. Pode ainda remunerar os recursos captados dos cooperados, buscando um equilíbrio, equacionando prazos e taxas nas operações.

Na formação do *spread*, questões como a concentração, pesam menos que a falta de informação. O economista George Akerlof desenvolveu teoria que explica como o acesso limitado a informações - assimetria de informações – produz falhas no funcionamento do mercado, permitindo, portanto, o exercício de poder de mercado para auferir lucros excessivos. O estudo apresentado pelos autores busca identificar qual é, exatamente, a origem do excesso de lucro dos bancos. A teoria que se baseia em Akerlof é que os bons clientes não conseguem diferenciar-se dos demais e ficam presos aos bancos que conhecem melhor o seu histórico de pagamento de dívidas. Os bancos se aproveitam dessa situação para cobrar juros mais elevados (KIM; KRISTIANSEN; VALE, 2006).

O conhecimento individualizado dos sócios possibilita a prática da análise criteriosa dos riscos de crédito, sendo a informação, um componente redutor de taxas. Na outra parte, os aplicadores recebem maior remuneração pelo bom desempenho da cooperativa. Somando-se às boas práticas tanto nas operações de crédito, bem como na remuneração dos depósitos a prazo, naturalmente a distribuição das sobras tendem à maximização.

4.1 Análise dos dados

Torna-se estratégico para uma cooperativa de crédito, conhecer quais são os serviços que poderá oferecer ao público alvo. Segundo Brusky e Fortuna (2002, p.8) “Conhecer quais são as necessidades e quais são os mecanismos atualmente utilizados para satisfazê-las é de crucial importância para o desenvolvimento de serviços úteis e adequados ao público-alvo. Fundamental para o crescimento [...] é o fornecimento de serviços como os clientes os querem. Isso significa a criação e a adaptação de produtos e procedimentos em concordância com formatos aceitáveis pela clientela”.

Para a análise comparativa, utilizou-se o *Softinvest*, um programa que cobre os segmentos de cálculos financeiros, apresentando um grau de sofisticação superior em relação a seus similares, pois possui amplas possibilidades de cálculos de fluxo de caixa ou de financiamentos admitindo indexações; tanto para correção monetária, como para deflação de parcelas (CASAROTTO FILHO; KOPITTKKE; 2006). Enquanto a maioria dos softwares possuem uma única opção de entrada da taxa de juros, o *Softinvest* permite trabalhar com taxas variáveis, recurso utilizado para a presente análise.

Os dados que serviram de base para as análises foram: investimento inicial de R\$ 1.050,00, e a partir do primeiro mês após o investimento foram aplicadas 29 parcelas de R\$ 50,00. O fluxo de caixa dessa operação pode ser observado na figura 1.

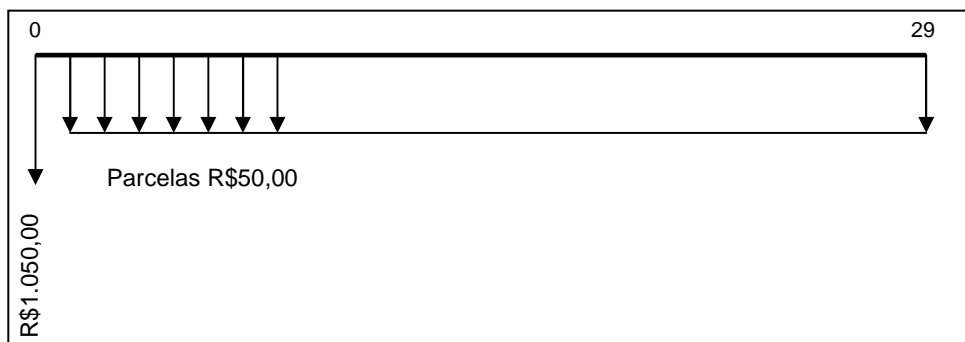


FIGURA 1 – Fluxo de caixa
Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Considerando-se as rentabilidades médias da Caderneta de Poupança e Certificado de Depósito Bancário, os resultados obtidos são descritos no quadro 1.

TABELA 3 – Comparativo entre investimentos

	CredCrea	CDB/RDB	POUPANÇA
Valor Futuro	R\$ 6.679,34	R\$ 4.821,92	R\$ 3545,14

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

No gráfico 1 pode-se visualizar os valores futuros das aplicações analisadas.

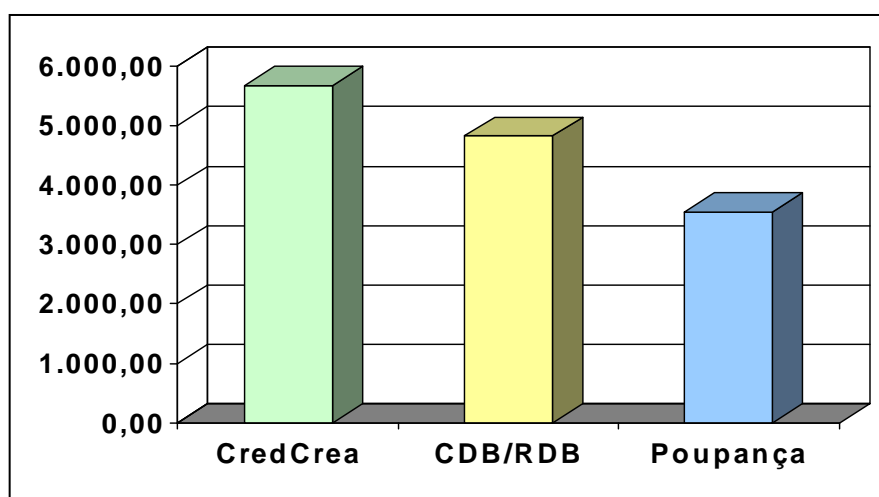


GRÁFICO 1 – Valor futuro
Fonte: Desenvolvido pelos autores

Pode-se observar que a margem de ganho adicional entre o CDB/RDB e o CredCrea foi de 17,78%, e entre a Poupança e o CredCrea foi de 60,20%. Sendo assim, o presente estudo de caso ilustra o retorno de investimento na forma de Cota Capital em Cooperativas de Crédito com bom desempenho

operacional. Ressalte-se que nesta análise não foi considerada a liquidez do investimento, uma vez que as cotas partes, neste caso, são passíveis de resgate somente com a saída do Cooperado, ou o resgate parcelado a partir do 65º aniversário do mesmo, desde que não se coloque em risco a sobrevivência da cooperativa. Igual raciocínio deve ser utilizado relativamente à tributação; todos s resultados foram obtidos sem incidência tributária.

5. Considerações finais

O cooperativismo de crédito no Brasil está mais enraizado em determinadas regiões e setores, meio rural, por exemplo, onde a necessidade do crédito para efeito de custeio da atividade agrícola é preeminente, fruto de políticas governamentais e de mobilização do homem do campo. Na cidade, como a concorrência com os bancos tradicionais é mais acirrada, precisa combinar características próprias, principalmente em sua constituição, na sua gestão e em seu processo operacional para a obtenção de mercado e consequentemente eficácia.

O objetivo da cooperativa de crédito, não se restringe somente no serviço de ser um agente financeiro, sujeito às oscilações do mercado, mas principalmente, de satisfazer às necessidades individuais de seus associados que apostaram na concepção do negócio, em sua viabilidade, e que são partícipes de sua eficácia, através da implementação de ações coletivas.

O investimento na constituição da cota capital, que é integralizada no momento associação, além de oferecer uma melhor opção de rentabilidade para os seus associados, pode servir de base de sustentação para o desenvolvimento regional. O acesso a financiamentos com o intuito de socializá-los conjuntamente com o oferecimento de serviços que lhe são pertinentes, torna-se um fomentador na geração de trabalho e renda.

Há que se considerar ainda outros benefícios tangíveis oferecidos pelas cooperativas de crédito, tais como: empréstimos e financiamentos com taxas menos onerosas que o sistema bancário tradicional, isenção de taxa administração do investimento e manutenção de conta; abono de CPMF na primeira aplicação. Ressalta-se ainda os ganhos intangíveis, tais como: aumento da rede de *network* entre os profissionais da classe; maior acesso às informações do meio; maior participação na tomada de decisão; bem como contribuições para o fomento da categoria.

Referências

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico financeiro. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BAUMGARTNER, R. **Propostas para implementação de um sistema de garantia de crédito mutualista como alternativa de acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas no Brasil**. Florianópolis, 2004. 357 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

BRASIL. **Lei do Cooperativismo 5.764.** Brasília, 1971. <http://www.febracan.org.br/UserFiles/File/lei_cooperativismo.pdf> Acesso em: 02 mai 2007.

BRUSKY, B.; FORTUNA, J. P. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil:** um estudo qualitativo em duas cidades. <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/01livreto.pdf>> Acesso em 05 mai 2007.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Rede de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento.** Local. São Paulo: Atlas, 2001.

CATTANI, A. D. (Org.) **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COELHO, F. D. **Finanças Solidárias.** In CATTANI, A. D. (org), A outra economia, Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

INTYRE, J. P.; SILVA, E. S. **Viabilidade do Negócio Cooperativo.** Recife: SEBRAE/PE, 2002.

KIM, M.; KRISTIANSEN, E. G.; VALE, B. **What determines bank's market power? Akerlof or Herfindahl.** <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/2007_1/04_05_2007_Bent_risk.pdf> Acesso em 24 mai 2007.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. 5ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007.

RIQUE, M. **Os pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo.** In: Guimarães, G. Integrar Cooperativas. UNITRABALHO, 1999.